



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 67

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 13 DE MAIO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição e do art. 1º, nº IV do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 25 do mês em curso às 21,30 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 82, de 1959, na Câmara e nº 1, de 1960, no Senado, que concede ao Instituto de Física Teórica de São Paulo uma subvenção anual de Cr\$ 10.000.000,00.

Senado Federal, em 2 de maio de 1961.

SENADOR AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70 § 3º da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Ca-

sas do Congresso Nacional para em sessões conjuntas a realizarem-se dias 30 e 31 do mês em curso, às 21 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 30:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.280, de 1954, na Câmara e nº 117, de 1955 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Central Elétrica Brasileira S. A. — Eletropar — e da outras providências;

Dia 31:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.728, de 1957, na Câmara e nº 105, de 1955 no Senado, que cria o Curso de Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná e da outras providências.

Senado Federal, 4 de maio de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente no exercício da Presidência

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República)
Vice-Presidente: Senador Moura Andrade.
1º Secretário: Senador Cunha Mello.
2º Secretário: Senador Gilberto Martins.
3º Secretário: Senador Argemiro Figueiredo.
4º Secretário: Senador Novais Filho.
5º Suplente: Senador Mathias Olimpio.
6º Suplente: Senador Guido Mondim.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder: Filinto Múller.
Vice-Líderes: Lima Leiteira de Azevedo e Nogueira da Gama.

Da Minoria

Líder:
Vice-Líderes:

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares.
Vice-Líderes: Gaspar Vasconcelos e Estanislau Freire.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Vice-Presidente no exercício da Presidência, nos termos do art. 4º, inciso II, do Regimento Interno promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 1961

Suspende a execução dos decretos nºs 25 e 29, de 1955, do Município de Paranaíba Estado do Piauí.

Art. 1º — É suspensa a execução dos decretos nºs 25 e 29, de 1955, do Município de Paranaíba Estado do Piauí, julgados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal em decisão definitiva, no mandado de segurança nº 4.574, em 30 de outubro de 1957.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de maio de 1961.

SENADOR AURO MOURA ANDRADE
(Vice-Presidente, no exercício da Presidência)

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros de Carvalho.
Vice-Líderes: Nelson Maculan e Fausto Cabral e Arlindo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasbôas.
Vice-Líderes: Rui Palmeira — Daniel Krieger — Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.
Vice-Líder: Aloísio de Carvalho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.
Cunha Mello.
Gilberto Martins.
Argemiro Figueiredo.
Novais Filho.
Mathias Olimpio.
Guido Mondim.
Secretário: Evandro Mendes Viarengo.
Diretor-Geral substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson da Aguiar, Presidente (PSD).
Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).
Vieira da Mota (UDN).
Milton Campos (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Silvestre Pereira (PSD).
Ruy Carneiro (PSD).
Lourival Pontes (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Barros Carvalho (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1 Rui Palmeira (UL).
2 Freitas Cavalcanti (UDN).
3 João Arruda (UDN).
4 João Villasbôas (UDN).
1 Ary Vianna (PSD).
2 Benedito Valladares (PSD).
3 Francisco Gualotti (PSD).
1 Lima Leiteira (P.S.).
2 Vivaldo Lima (PT).
3 Miguel Couto (PTB).
1 Mem de Sá.

Secretaria: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Sarinha, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Vasconcelos, Presidente (PTB).
Diretor-Geral substituto.

Fernandes Távora (UDN).
Sergio Marinho (UDN).
Del Caro (UDN).
João Arruda (UDN).
Alô Guimarães (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Irineu Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).
1. Eugénio Barros (PSD).
2. Francisco Gallotti (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
4. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (PSD).
Padre Calazans, Vice-Presidente (UDN).
Reginaldo Fernandes (UDN).
Jarbas Maranhão (PSD).
Saulo Ramos (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).
Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Lino de Mattos (UDN).
1. Lobão da Silveira (PSD).
2. Paulo Fernandes (PSD).
1. Paulo Fender (PTB).
2. Lima Teixeira (PTB).
1. Aloisio de Carvalho (PL).

Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Freitas Cavalcanti — Presidente (UDN).
Ary Vianna — Vice-Presidente (PSD).

Irineu Bornhausen — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Fernandes Távora — UDN.
Dix-Huit Rosado — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Gaspar Veloso — PSD.
Eugénio Barros — PSD.
Filinto Muler — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Victorino Freire — PSD.
Fausto Caorai — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Saulo Ramos — PTB.
Barros Ludovico — PTB.
Aloisio de Carvalho — PL.

Secretário: Renato de Almeida Chermont — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

1. Milton Campos — UDN.

2. Joaquim Parente — UDN.

3. Rui Palmeira — UDN.

4. Coimbra Bueno — UDN.

5. João Arruda — UDN.

6. Del Caro — UDN.

1. Silvestre Péricles — PSD.

2. Ruy Carneiro — PSD.

3. Jarbas Maranhão — PSD.

4. Menezes Pimentel — PSD.

5. Pedro Ludovico — PSD.

6. ...

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 51,00
Ano Cr\$ 93,00

Exterior

Ano Cr\$ 123,00

FUNÇIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,06
Ano Cr\$ 76,06

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira Presidente (PTB).
Ruy Carneiro, Vice-Presidente (PSD).

Venâncio Igrejas (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Lino de Mattos (UDN).
Francisco Gallotti (PSD).
Menezes Pimentel (PSD).
Paulo Fender (PTB).
Miguel Couto (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
3. Heribaldo Vieira (UDN).
1. Saulo Ramos (PSD).
2. Lobão da Silveira (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Barros Carvalho (PTB).
2. Barros Carvalho (PTB).
3. Barros Carvalho (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Francisco Gallotti, Presidente (PSD).
Sergio Marinho, Vice-Presidente (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).
Ary Vianna (PSD).
Lopes da Costa (PTB).

SUPLENTE

1. Padre Calazans (UDN).
2. Daniel Krieger (UDN).
1. Menezes Pimentel (PSD).
2. Ruy Carneiro (PSD).
1. Paulo Fender (PTB).

Secretária: Vera de Alvarenga Martins — Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente (PTB).
Rui Palmeira, Vice-Presidente (UDN).
Daniel Krieger — (UDN).
Heribaldo Vieira — (UDN).
Benedicto Valladares — (PSD).
Gaspar Veloso — (PSD).
Paulo Fernandes — (PSD).
Lourival Fontes — (PTB).
Aloisio de Carvalho — (PL).

SUPLENTE

1. Milton Campos — (UDN).
2. Venâncio Igrejas — (UDN).
3. Freitas Cavalcanti — (UDN).
1. Menezes Pimentel — (PSD).
2. Jefferson de Aguiar — (PSD).
3. Ary Vianna — (PSD).
1. Fausto Caorai — (PTB).
2. Barros Carvalho — (PTB).
1. Mem de Sá — (PL).

Secretário: João Batista Castejon Branco, Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes, Presidente (UDN).
Alô Guimarães, Vice-Presidente (PSD).
Fernandes Távora (UDN).
Pedro Ludovico (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Lopes da Costa (UDN).
1. Eugénio Barros (PSD).

2. Jarbas Maranhão (PSD).
1. Miguel Couto (PTB).

Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quinta-feira, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).
Sergio Marinho (UDN).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Francisco Gallotti (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

1. Fernandes Távora (UDN).
2. Dix-Huit Rosado (UDN).
1. Silvestre Péricles (PSD).
2. Ruy Carneiro (PSD).
3. Jorge Maynard (PSP).
1. Saulo Ramos (PTB).
2. Nelson Maculan (PTB).

Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente (PSD).
Joaquim Parente (UDN).
Sebastião Archer (PSD).
Paulo Fender (PTB).
Miguel Couto (PTB).
Aloisio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
1. Ruy Carneiro (PSD).
2. Benedito Valladares (PSD).
1. Nelson Maculan (PTB).
2. Fausto Caorai — (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretária: Itatiana Cruz Alves Oficial Legislativo.

Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Titulares:

Jorge Maynard — Presidente (PSP).
Lino de Mattos — Vice-Presidente (UDN).
Coimbra Bueno (UDN).
Victorino Freire (PSD).
Fausto Caorai (PTB).

Suplentes:

UDN
1 — Sergio Marinho
2 — João Arruda.
PSD
1 — Jefferson Aguiar
2 — Eugénio Barros
PTB
1 — Nelson Maculan

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca

Titulares:

Nelson Maculan — Presidente (PTB).
Eugénio Barros — Vice-Presidente (PSD).
Ovidio Teixeira (UDN).
Mourão Vieira (UDN).

Alô Guimarães (PSD)
Paulo Fernandes (PSD)
Nogueira da Gama (PTB)

Suplentes:

UDN

- 1 — Lopes da Costa
- 2 — Joaquim Parente

PSD

- 1 — Pedro Ludovico
- 2 — Lobão da Silveira
- 3 — Francisco Gallotti

PTB

- 1 — Saulo Ramos
- 2 — Luna Teixeira

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Comissão Especial incumbida de emitir parecer sobre o projeto de emenda à Constituição nº 1, de 1961

Cunha Mello — Presidente — PTB.

Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.

Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.

Venâncio Igrejas — UDN.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Rui Palmeira — UDN.

Silvestre Pérciles — PSD.

Rui Carneiro — PSD.

Benedicto Valladares — PSD.

Ary Vianna — PSD.

Lourival Fontes — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Aloisio Carvalho — PL.

Mem de Sá — PL.

Secretário: João Pires de Oliveira Filho, Oficial Legislativo, PL-8.

Atas das Comissões COMISSÃO DE REDAÇÃO

REUNIAO. EM 11 DE MAIO DE 1961

(Extraordinária)

As dezesseis horas, do dia onze de maio do ano de mil novecentos e sessenta e um, na Sala das Comissões reúne-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Senador Francisco Gallotti, achando-se presentes os Senhores Senadores Menezes Pimentel e Ary Vianna.

Deixam de comparecer, por motivo justificado os Srs. Senadores Sérgio Marinho, Lourival Fontes e Venâncio Igrejas.

A Comissão aprova o parecer em que o Senador Francisco Gallotti oferece a seguinte redação final:

Redação Final do Projeto de Lei a Câmara nº 46 de 1961 (nº 2 543-B, a Câmara dos Deputados) que isenta o pagamento do imposto de renda os vencimentos e salários de qualquer natureza, até o limite igual a cinco vezes o maior salário mínimo vigente no País.

As dezesseis horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, ficando em Vera de Alvarenga Maia, Secretária, a presente ata que na vez aprovada, será assinada pelo Presidente. Senador Francisco Gallotti.

ATA DA 40ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 12 DE MAIO DE 1961

PRESIDÊNCIA DO SR. CUNHA MELLO E ARGEMIRO DE FIGUEIREDO.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores: Cunha Mello — Paulo Fender — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Sebastião Archer — Eugênio Barreto — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Dir-Huit Rosado — Argemiro de Figueiredo — Norões Filho — Jarbas Maranhão — Freitas Calacanti — Silvestre Pérciles — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovidio Teixeira — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Arlindo Rodrigues — Gilberto Marinho — Venancio Igrejas — Francisco Gallotti — Saulo Ramos — Irineu Bornhausen.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Argemiro de Figueiredo, 3º Secretário servindo de 2º, procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. Norões Filho, 4º Secretário, servindo de 1º, lê o seguinte

EXPEDIENTE

Aviso:

Do Sr. Ministro da Indústria e Comércio, nº AP-3 encaminhando informações prestadas pelo Instituto Brasileiro do Café, em atendimento ao Requerimento nº 80 de 1960, de autoria do Sr. Senador Mendonça Clark.

Parecer nº 145, de 1961

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Resolução nº 9, de 1961, que cede ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), a título precário, a posse dos 2º, 3º e 4º pavimentos do Palácio Monroe, antiga sede do Senado Federal, no Estado da Guanabara.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

O Sr. Presidente da República submete à apreciação e decisão do Senado Federal a Exposição de Motivos encaminhada pelo Estado Maior das Forças Armadas, solicitando a cessação do Palácio Monroe para a instalação daquele alto órgão das Forças Armadas.

A Exposição oferecida pelo Senhor General Cordero de Farias, de 13 de abril deste ano encaminhada ao Senado pelo Sr. Chefe do Gabinete Civil pelo ofício nº 164, de 5 deste mês, convence de necessidade da cessação pretendida.

A Comissão Diretora elaborou o projeto de Resolução nº 9, de 9 deste mês, que aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, irá à deliberação do Plenário, nos termos Regimentais.

Anteriormente, o Senado Federal autorizou a cessação parcial do Palácio Monroe à Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, que não se prevaleceu da autorização, estando, afinal pelo Palácio Tiradentes, onde funciona atualmente.

Opinando pela aprovação do Projeto de Resolução nº 9, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 (CCJ)

Acrescente-se:

Art. As despesas de adaptação, manutenção e quaisquer outras indispensáveis à execução dessa Resolução serão atendidas pelo cessionário, de acordo com a Comissão Liquidadora do Senado Federal.

EMENDA Nº 2 (CCJ)

Acrescente-se o seguinte artigo:

“E” revogada a Resolução nº 44, de 1960... Sala das Comissões, em 10 de maio de 1961. — Daniel Krieger, Presidente. — Jefferson de Aguiar, Relator. — Silvestre Pérciles — Ary Vianna — Nogueira da Gama — Aluisio de Carvalho — Heribaldo Vieira — Milton Campos — Venâncio Igrejas.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jorge Maynard.

O SR. JORGE MAYNARD:

(Le o seguinte discurso) — Sr. Presidente, é do conhecimento geral, e a proclamamos com ulanias, a posição do Brasil de maior produtor mundial de café.

Sabemos, também, dos ingentes esforços despendidos no sentido de ser fomentado o consumo ao grão da preciosa rubiácea e aumentadas, consequentemente, as nossas exportações.

Um dos assuntos mais debatidos e mais estudados neste País e, sem dúvida, o problema do café, dada a influência que ele exerce sobre a economia nacional.

Em consequência do crescente aumento das nossas safras, a par da concorrência dos outros países americanos, aos quais já agora decididamente se juntam os produtores africanos, um dos mais graves aspectos do problema do café é aquele que se refere à colocação do produto.

Pelas enormes quantidades produzidas no Brasil, era de se esperar que o nosso País fartamente abastecido de café, no seu mercado interno, o que paradoxalmente não ocorre. Frequentemente, vemos nos jornais notícias da falta do produto neste ou naquele Estado, o que vem demonstrar que a sua distribuição não está sendo feita de modo a atender às necessidades.

Os depósitos do Sul encontram-se abarrotados de café, sem saída para o Exterior, e, no entanto, Estados principalmente do Nordeste reclamam contra a ausência desse produto indispensável às populações.

Isto tem acontecido, com frequência, no meu Estado, razão pela qual os jornais locais e as torrefações dirigem reclamações aos órgãos competentes, pleiteando medidas que venham atender ao interesse do público consumidor.

Há poucos dias, recebi um telegrama que me foi dirigido pelos torrefadores Theodoro Cruz & Cia., de Aracaju o qual contém uma reclamação contra a falta de café na Capital sergipana, como também sugestões, as quais encaminho ao Instituto Brasileiro do Café, por meio da alta tribuna do Senado.

O abastecimento de café para Sergipe é feito através da agência do I.B.C. em Salvador, a qual recentemente informou ao comércio distribuidor de Aracaju que seus estoques

acham-se completamente esgotados, não podendo assim fornecer as cotas correspondentes ao mês em curso. Sugerem, então os torrefadores sergipanos que o IBC permita a compra direta do café aos produtores ou aos exportadores, enquanto a situação não ficar normalizada.

Parece-me, Sr. Presidente, perfeitamente justa a pretensão que me foi encaminhada, razão por que trato aqui deste assunto, certo de que o IBC procurará resolver o problema com a devida brevidade. Caso não seja possível a compra direta do café aos produtores ou aos exportadores como foi sugerido, que seja, então sem demora, abastecida a agência de Salvador.

Outro aspecto que desejo focalizar, refere-se a qualidade do café que é enviado para o consumo do meu Estado. Trata-se, sem dúvida alguma, de produto de qualidade muito inferior ao que se consome em outros Estados, seja no que diz respeito ao custo e ao aroma, seja mesmo quanto ao aspecto.

Se não forem tomadas providências para sanar as falhas que apontamos, relativas a normalidade do abastecimento e a qualidade do produto dificilmente crescerá o consumo de café naquela nossa região.

Para melhor esclarecimento do assunto, passo a lêr um telegrama que recebi da minha cidade:

“Senador Jorge Maynard: formuamos veemente apelo ao ilustre representante do nosso Estado no sentido de solicitar das autoridades competentes a remessa urgente de café para o Instituto Brasileiro do Café de Salvador, que é o fornecedor do nosso Estado, a fim de evitar uma nova paralisação total da nossa indústria e, consequentemente, a falta do produto no mercado consumidor. O Instituto Brasileiro do Café de Salvador informa que os estoques estão esgotados não tendo produto para fornecer as cotas do próximo mês. A fim de amenizar a situação, sugerimos ao Instituto Brasileiro do Café permitir a compra do produto aos produtores ou exportadores, enquanto a situação não for normalizada. Certos de que o ilustre Senador levará na devida conta o nosso apelo, apresentamos-lhe atenciosos cumprimentos. (a) Theodoro & Cia.”

Eslareço ainda que os termos do telegrama são perfeitamente confirmados pela imprensa local.

Apenas estas as palavras que desejava pronunciar, nesta oportunidade. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, quando, há poucos meses, assumia a Presidência da República o Sr. Jânio Quadros, uma das primeiras iniciativas de seu Governo foi mandar instaurar inquéritos em quase todas as repartições públicas, no sentido de apurar irregularidades e crimes e reprimir os criminosos.

Nesta Casa e na Câmara dos Deputados, até as vozes oposicionistas mais fortes e mais insistentes levantaram-se em apoio à iniciativa que acabava de tomar o Chefe de Estado, no pensamento de restaurar ou consolidar a ordem moral, no País.

Outra não poderia ser. Sr. Presidente, a atuação de homens que representam, nesta Casa, os Estados do Brasil e, na Câmara dos Deputados, o legítimo pensamento da Nação brasileira. Todavia, não foi preciso muito

tempo; observamos logo que se eram legítimos e sinceros a intenção e os propósitos do Chefe da Nação, o modo de agir das Comissões incumbidas da averiguação dos fatos evidenciava, por seus excessos, sentimentos subalternos. Em consequência, em todo o País vozes de protestos ergueram dos homens mais puros e dignos da Nação brasileira.

Nesta Casa, Sr. Presidente, há pouco tempo, levantava-se um Senador da República defendendo a sua dignidade, a sua honra pessoal e profissional contra divulgações da imprensa que tiveram origem, exatamente, naqueles órgãos encarregados pelo honrado Sr. Presidente da República de apurar irregularidades e crimes nos departamentos administrativos da Nação. Há poucos instantes, ouvimos o brilhante e candente discurso do nobre Senador Gilberto Marinho, de solidariedade a um dos homens mais honrados do corpo médico brasileiro, contra o qual se apontavam fatos que, ao invés de constituírem crimes e irregularidades, demonstram a compreensão e o sentido humano do grande ex-diretor do Hospital dos Servidores do Estado.

Sr. Presidente, leio, para que figure nos Anais desta Casa, a carta dirigida pelo honrado e eminente Presidente do meu Partido, Dr. João Goulart, ao Presidente de uma dessas Comissões de Sindicância, que também envolveu S. Exa. como associado a irregularidades porventura verificadas na apuração dos fatos de que a mesma estava encarregada.

A carta, divulgada no brilhante órgão da Imprensa o "Diário Carioca", que se edita na antiga Capital da República, é a seguinte:

(Lendo)

"Sr. Presidente

Como surpresa tomei hoje conhecimento através de recorte de publicação feita, há dias, por um vespertino carioca, de que teria a Comissão, presidida por V. S., no relatório que enviou ao Exmo. Sr. Presidente da República, envolvido o meu nome, associando-me a irregularidades ocorridas no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Nunca imaginei, e custa-me crer ainda, que essa Comissão, constituída por pessoas de responsabilidade, tenha, sem ter-me ouvido, não apenas incluído o meu nome no rol de averiguações de supostas irregularidades, mas, outrossim, tenha permitido divulgação de conclusões que, pelo menos no que concerne a minha pessoa, se firmam em levianas e caluniosas informações.

Nunca usel, nem precisaria usar, de vitórias da autarquia no curso de minha campanha nem; tão pouco, necessitaria utilizar-me do "desmascaramento de serpentes e produtores agrícolas" que só agora, com espanto, verifico também se incluem nas atividades do IAFB.

Em defesa de minha dignidade pessoal e em nome do alto mandato que tenho a honra de exercer, exijo, certo de que estarei assim prestando um serviço à Nação, sejam por V. S. destinados local, dia e hora, a fim de que possa eu, presentes os meus caluniadores, restabelecer a verdade e responsabilizá-los por suas levandades.

Certo do acolhimento, aguardo resposta de V. S.

Atenciosamente, João Goulart".

Esse documento, de autoria do Vice-Presidente da República, precisa ficar registrado nos Anais desta Casa, numa hora em que a Nação está, na verdade, tumultuada e intranquila, não pelos rumores instaurados nas repartições públicas, mas pelo fato de maior gravidade para a moral da Nação, de se

envolverem reputações ilibadas de homens honrados e dignos, como se associados a irregularidades e crimes, quando o País inteiro os conhece e os exime de culpa, como é o caso do Dr. João Goulart e, do Dr. Raimundo de Brito. (Muito bem! muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Remy Archer.

O SR. REMY ARCHER:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente. O Estado do Maranhão é hoje um dos grandes produtores de arroz do nosso país.

A sua produção na safra de 1959 foi superior a 4 milhões de sacas, no ano seguinte, em 1960, foi dizimada por uma terrível praga de pulgões e reduzida a pouco mais da metade.

Agora, tudo leva a crer, que a safra deste ano que se inicia no fim do mês de maio principie de junho seja superior a 6 milhões de sacas.

Percorri, no último mês de abril, o interior do Estado a zona do vale do Rio Itapecuru, e, na capital do Estado estive em contato com o ilustre Governador Newton Belo e o seu Secretário de Agricultura e, dessa visita pelo interior e das informações que obtive na Capital, firmei a convicção de que a estimativa da próxima safra, em 6 milhões de sacas, é bem razoável e foi calculada com segurança.

O Governador Newton Belo no seu plano de ação no Governo do Estado, tem dado excepcional importância à Agricultura, e, mesmo sem dispor dos recursos que se faziam necessários, assegurou a distribuição de sementes por todo o Estado e, aparelhou os postos agrícolas do interior com máquinas e inseticidas, o que, permitiu que a atual safra de arroz chegasse até a sua colheita, nos próximos dias, livre de qualquer praga.

As providências do governo estadual junto ao Instituto Maranhense do Arroz, dando-lhe recursos, aparelhando-o e dinamizando a sua administração, são bem uma amostra do interesse pelo problema.

A realidade porém, Sr. Presidente, é que o Estado do Maranhão, sozinho, e contando apenas com o seu orçamento estadual e a sua quase inexistente rede bancária, não poderá resolver um problema que é, sem dúvida, do Maranhão, porém o é, também, em grande parte de todo o país.

Recordemos, Sr. Presidente! Em 1959 terríveis enchentes destruíram em grande parte as belas plantações de arroz do Rio Grande do Sul e ao mesmo tempo no Nordeste a fome ameaçava suas populações.

O Maranhão, naquela época, teve um ano agrícola feliz e a safra de arroz mostrou-se promissora. Como ocorria nos anos de boas safras, o arroz seria colhido em parte apenas por falta de recursos para a colheita e, por incrível que pareça uma grande parte abandonada nos próprios campos de cultura. Este é um fato incompreensível para os que desconhecem a agricultura maranhense, mas é bem verdadeiro e, profundamente lamentado pelos homens públicos e administradores do meu Estado que apesar de inauditos esforços, pouco têm conseguido para arrancar a cultura do arroz e de outras culturas desse primitivismo, desse abandono, dessa falta de assistência técnica e financeira.

Sr. Presidente, o que me traz a essa tribuna é mostrar que o amparo a produção de arroz do Maranhão interessa à toda a Nação e por isso mesmo ao Governo Federal.

O Governador Newton Belo já solicitou às autoridades federais, através do Instituto Maranhense do Arroz, as medidas julgadas necessárias. Estamos a poucos dias da colheita e até agora não chegaram ao meu Estado as providências tão ansiosamente aguardadas.

Esta safra está correndo perigo de perder-se se o Governo Federal não der a assistência indispensável a sua colheita.

Foi preciso que desabasse sobre o país a desgraça — a calamidade das enchentes no Sul e tragédia da seca no Nordeste — para que os apelos, as dezenas de relatórios, os protestos mal compreendidos dos agricultores e dos governos passados do nosso Estado fossem, finalmente, ouvidos e tardiamente atendidos.

Se recordo estes tristes fatos, o faço para poder ressaltar o que foi a batalha dos produtores e do Governo do meu Estado, em 1959, para conseguissem que o Governo Federal desse através do Banco do Brasil a assistência creditícia necessária à comercialização da safra do arroz maranhense.

Temei parte, como Senador da República, em diversas comissões que procuraram o Sr. Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco do Brasil.

Não fosse a falta de arroz já sentida pelas autoridades federais em todo país — ameaçadora — certamente, os nossos apelos dramáticos, nossos relatórios, nossos pedidos teria ficado, mais uma vez, nos órgãos técnicos para estudos ou nos gabinetes para oportuna decisão, enquanto o arroz maranhense apodrecia nas lavouras e o homem do campo, pobre, ficava mais pobre.

Mas, como disse, a desgraça das enchentes no Sul e a seca no Nordeste forjavam no seu terrível designio e esperança para o agricultor maranhense, permitindo-lhes, ver o seu esforço, o seu árduo trabalho, recompensado.

Abro, aqui, um parêntesis para elogiar a ação do Sr. Sebastião Paes de Almeida, naquela época nomeado Ministro da Fazenda, porém ainda no exercício da Presidência do Banco do Brasil.

Sua Excelência, recebeu em seu Gabinete no Banco do Brasil uma grande comissão de produtores maranhenses e, compreendendo a gravidade da situação no momento, tomou imediatas providências. Em poucos dias as ações do Banco do Brasil no interior do Estado e na capital estavam financiando a colheita e a comercialização da safra de arroz.

Quem analisar as alterações dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade ocorridos no segundo semestre do ano de 1959, verá que, enquanto o feijão e a carne subiam vertiginosamente, o arroz, a despeito do que ocorrera com a produção maranhense, manteve-se quase inalterado.

Por isso o Maranhão naquele ano mais de 4 milhões de sacas, e poderia ter produzido mais.

Esta produção foi na sua quase totalidade exportada para os mercados do Sul do País — Rio de Janeiro, Ilheus e até São Paulo, e, para quase todo o Nordeste.

Compre assinalar um aspecto importante da produção de arroz maranhense — certo se processa o seu escoamento. Enquanto a produção de arroz do Rio Grande do Sul se escoava através dos portos daquele Estado para o porto do Rio de Janeiro e daí para o interior, o arroz maranhense que se destina a Minas Gerais e ao Nordeste é transportado pelo interior diretamente, com real economia de portos e estivas e portanto barateamento de custos.

Pelo menos 1,5 milhão de sacas, naquela safra, saíram diretamente da fonte de produção para os centros de consumo. Houve dias em que só da cidade de Pedreiras, no vale do Rio Meirim, saíram mais de 400 caminhões, carregados de arroz com destino ao Sul do País e ao Nordeste.

Este aspecto que ressaltar comprovava a excelente porção do Maranhão como produtor de arroz. Além das

condições ecológicas favoráveis (vantajosa a sua posição e relação ao mercado consumidor).

Se me alonguei relatando estes fatos, se por algum momento afastei-me do assunto principal e desci a detalhes, o fiz com o desejo de dar ênfase ao caloroso apelo, que em nome dos produtores maranhenses, faço ao Sr. Presidente da República para que determine urgentes providências ao Banco do Brasil, para que a exemplo do que foi feito em 1959, seja agora, em tempo oportuno, amparada a colheita da atual safra de arroz estimada em 6 milhões de sacas. Para o julgamento e decisão do que ora solicito ao Governo Federal desejo aduzir mais uma informação importante.

Procurei obter no Banco do Brasil no Rio de Janeiro na última semana, informações sobre os resultados financeiros da operação realizada em caráter excepcional fará o financiamento da colheita da safra de arroz do Maranhão em 1959.

As operações de financiamento foram iniciadas em julho e, aproximadamente em fevereiro de 1960 estavam concluídas.

O valor total das operações pode ser estimado em 600 milhões de cruzeiros atingindo no curso da operação o limite máximo de 400 milhões de cruzeiros. Sr. Presidente o que é mais importante, foram todas as operações totalmente liquidadas nos prazos contratuais tendo constituído o mais absoluto sucesso.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, os nobres colegas Senadores Gilberto Marinho e Argeirino de Figueiredo, há pouco, teceram comentários sobre a atuação das Comissões de Sindicância em vários setores da administração pública brasileira.

Ocupo a tribuna para solidarizar-me com os eminentes Senadores na defesa do Dr. Raimundo de Brito, Diretor do Hospital dos Servidores do Estado.

Não foi feliz o Presidente da Comissão instaurada no IPAF pois no que se refere àquele cidadão, houve flagrante injustiça.

Afirmo a esta Casa que o Sr. Presidente da República — e por isso louvo — determina a essas comissões de sindicância quase todas presididas por oficiais das Forças Armadas que mantenham a maior isenção na apuração das possíveis irregularidades das administrações passadas.

O Dr. Raimundo de Brito, Sr. Presidente dedica-se ao Hospital de Servidores do Estado com o lustre de uma inteligência preciosa, equilíbrio e modelar honradez e probidade.

O Sr. Francisco Gallotti. — Subscrevo as palavras de V. Exa.

O SR. VICTORINO FREIRE —

Muito obrigado a V. Exa.

Homem rico, independente, poderia dar, na sua clínica particular, uma ou duas horas de consulta e voltar ao acóchego da família, sem maiores preocupações; contudo, é sempre o primeiro a chegar ao Hospital dos Servidores e o último a sair. Não tem horário; lá permanece até altas horas da noite. Muitas vezes tem saído de casa de madrugada para o trabalho.

Apurou a Comissão de Sindicância contra o Dr. Raimundo de Brito, que em sua administração houve internamento de jornalistas, apenas com o pagamento de medicamentos, radiografias, etc. Ora, os jornalistas ali terão que ser sempre internados gratulamente, pois uma lei do Governo de General Eurico Gaspar Dutra, não revogada,

O Sr. Venâncio Igrejas — Muito bem!

O SR. VICTORINO FREIRE — ...lhes assegura esse direito. E o atual Presidente da República, por muito honrado e digno que seja, não o é mais do que o General Eurico Dutra.

O Dr. Raymundo de Brito escolhido diretor do Hospital dos Servidores do Estado pela primeira vez, pelo General Dutra e com carta branca para organizar o seu corpo médico e administrativo sem qualquer injunção ou interferência de ordem política.

Passou pelo Hospital naquele Governo a ele voltando a administração Café Filho; e hoje, pela terceira vez, se vê à sua frente por designação do Sr. Presidente Jânio Quadros.

Aquela nosocômio, Sr. Presidente, tem tido uma direção extraordinariamente feliz. Foi o Dr. Raymundo de Brito substituído por um notável médico, Dr. Tenynson Amado, que por sua vez teve por sucessor o Dr. Aloisio Sales também um padrão de honradez e probidade.

O Sr. Novais Filho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Com satisfação.

O Sr. Novais Filho — Desejo, nesta oportunidade, reafirmar a minha admiração e confiança nas qualidades pessoais e de administrador do Dr. Raymundo de Brito. Solidário com as manifestações de Vossa Excelência certo estou de que, com mais um atento estudo sobre qualquer caso que, porventura, haja surgido no inquérito envolvendo o seu nome, será imediatamente desfeito, dada a sua capacidade de trabalho, o seu espírito público e competência profissional reconhecidos pelo Presidente Jânio Quadros que o convocou, entregando-lhe a direção do Hospital de Servidores do Estado.

O SR. VICTORINO FREIRE — Agradeco o aparte do nobre colega.

O Sr. Cunha Mello — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Com todo prazer.

O Sr. Cunha Mello — É preciso não esquecer que o Dr. Raymundo de Brito no Hospital do IPASE não é só um dos elementos mais categorizados, mais credenciados, pelo seu valor como profissional; como também pela sua dedicação e honradez com que tem prestado serviços relevantes na diretoria daquele nosocômio. Alias, figuras de política e de administração pública nacional têm passado por lá e recebido do Doutor Raymundo de Brito, hoje e sempre, quer como chefe, quer como membro do seu corpo médico, as melhores condições. E isso é o que dá ao Hospital do IPASE um padrão de honradez e probidade que não se encontra em nenhum outro hospital do Brasil.

O Sr. Victorino Freire — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Cunha Mello — Quando o Sr. Presidente estiver em Brasília, gostaria de fazer uma visita ao Hospital do IPASE, para conhecer de perto o trabalho desenvolvido por esse nobre colega.

O SR. VICTORINO FREIRE — Muito obrigado a V. Exa. e ao Sr. Cunha Mello.

Sr. Presidente, relamos a confusão criada no Hospital do IPASE, o nome do Dr. Aloisio Sales, e ao mesmo tempo o novo Presidente do IPASE o convide para Diretor do Departamento de Assistência da Antropia. Portanto, não houve um critério de isenção na Comissão de Sindicâncias do IPASE.

Além, Sr. Presidente, informa-se que o presidente daquela comissão está envolvido no processo do levante de Araprazas; não sei se é verdade ou mentira. O que não se admite.

Sr. Presidente, sob pena de se ver desmoralizada a vida pública brasileira, é que homens dignos, com serviços prestados à Nação, sejam envolvidos, de cambulhada, como responsáveis por irregularidades na Administração Pública.

Já declarei nesta Casa, e o fiz em nome do Sr. Juscelino Kubitschek e Oliveira, que S. Exa. antes de embarcar para a Europa, me afirmava não ser solidário com erros praticados, consequentemente, aqueles que os houvessem praticado que fossem chamados à responsabilidade. O que não é possível, entretanto Sr. Presidente, é deixar sem defesa homens da categoria moral e profissional do Doutor Raymundo de Brito, do Doutor Aloisio Sales e outros médicos do Hospital dos Servidores do Estado, considerado por entidades estrangeiras, como Hospital padrão. Eu mesmo posso dar esse testemunho: vítima há pouco tempo de um grave desastre, fui escolhido em estado melindroso, naquele nosocômio, onde fui assistido por uma equipe dos melhores profissionais, que me devolveram, completamente restabelecido, ao convívio dos meus e das minhas desta Casa.

O Sr. Cunha Mello — Permite V. Exa. mais um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Com todo o prazer.

O Sr. Cunha Mello — Traço da minha passagem de dezessete anos pelo Tribunal de Contas, as minhas credenciais para aplaudir todos os atos que defendem a moralidade na aplicação dos dinheiros públicos do Brasil. Aplaudo, sem restrições, o Sr. Jânio Quadros, quando se bate pela moralidade administrativa do País, mas reconheço que estão se aproveitando dos bons propósitos do Sr. Presidente da República para em nome de interesse inconfessáveis, difamar e injuriar os homens públicos.

O SR. VICTORINO FREIRE — Obrigado a V. Exa. pelo aparte.

A posição de V. Exa. é a de todos nós — de solidariedade aos atos que visam à moralidade administrativa e de punição dos responsáveis por erros irreversíveis. Mas não podemos aceitar como boa a prática de envolver, sem maior exame, homens dignos, como no caso do Doutor Raymundo de Brito, do Doutor Aloisio Sales, e outros, os trabalhos por eles realizados nos fóruns.

Para mostrar a V. Exa. Sr. Presidente, a dedicação e honradez que o Dr. Raymundo de Brito dá ao Hospital e aos que lá se internam, cito apenas este fato. Tendo sido eleito diretor do Hospital, o Sr. Raymundo de Brito, ao assumir a direção, imediatamente passou a pagar as despesas de alimentação dos internados, o que não era feito anteriormente.

No momento da segunda sessão, Sr. Presidente, quando o Sr. Raymundo de Brito, como diretor do Hospital, foi chamado a prestar contas ao Sr. Presidente da República, Sr. Jânio Quadros, o Sr. Raymundo de Brito, ao prestar contas, não fez nenhuma referência ao fato de que o Hospital não estava pagando as despesas de alimentação dos internados.

Assim, Sr. Presidente, não é possível deixar o Dr. Raymundo de Brito sem uma palavra de conforto, considerando que foi uma comissão de sindicâncias, sem qualquer critério, que lhe pediu as contas, nem a ele nem ao antigo diretor, o Dr. Aloisio Sales Pereira.

Nesta comissão envolveram o nome do Presidente desta Casa o Dr. João Goulart. Ora, Sr. Presidente, isto fere a nossa corporação, a todos nós. Mas a reação se fez sentir imediatamente pela imprensa em manifestações de solidariedade e de repulsa, em desagravo ao Dr. Raymundo de Brito e do Dr. João Goulart.

O Ilustre Vice-Presidente da República saiu na crista da onda pedindo ser imediatamente ouvido na Comissão, para desmoralizar a increpação caluniosa.

Certa ocasião, em São Paulo, almoçando com o Sr. Jânio Quadros — nossas relações de cordialidade datam de muitos anos — queixava-se S. Exa., amargamente, da calúnia política com que procuravam os seus adversários feri-lo. Eu lhe dizia, então, que esse era o onus que recolhíamos na vida pública. Estou certo, portanto, de que agora S. Exa. atalhará de logo essas demonstrações de facciosismo e de ódio de alguns responsáveis pelas Comissões de Sindicâncias.

O Sr. Gilberto Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Com todo o prazer.

O Sr. Gilberto Marinho — E para juntamente com V. Exa. aplaudir a atitude do Dr. João Goulart, Presidente desta Casa, exigindo o seu comparecimento à Comissão de Sindicâncias, para varrer a testada. Se todos os homens públicos procedessem, de imediato, repellido de plano as increpações formuladas, como S. Exa., duas vezes conseqüido pela mesma maioria para a segunda magistratura da Nação, o povo brasileiro passaria a acreditar mais nas que, em pleitos livres, foram os elos de sua confiança.

O SR. VICTORINO FREIRE — Registro com prazer o aparte com que me honra o eminente colega, Senador Gilberto Marinho.

Estou certo de que o Sr. Presidente da República, que lê tudo e de tudo toma conhecimento, mandará reexaminar esses casos para reprimir excessos das comissões de sindicâncias que não estão correspondendo ao verdadeiro sentido que devem ter. O Chefe da Nação deseja absoluta independência e, também, completa isenção das Comissões, para que o cidadão seja punido e não se veja para o lado da rua, de cambulhada com desconhecidos ou assalto honestos — os inocentes é que vão sofrer — honra como o Presidente desta Casa e o Diretor do Hospital dos Servidores do Estado.

Sr. Presidente, conheço muito e sei muitas de injustiças, sindicâncias e atos políticos. Muitas vezes o Chefe da Nação tem responsabilidade pelo que ocorre nelas.

No Governo do eminente e sábio Sr. Presidente Getúlio Vargas, várias Comissões de Inquérito foram criadas para apurar as responsabilidades políticas e administrativas. No Brasil, porém, a pessoa pública não pode ser acusada de crime político sem que haja uma remessa de dinheiro pelo Banco do Brasil e remessa de dinheiro para o Banco do Brasil, o que não foi o seguinte: compareci ao Banco do Brasil e remeti telegrama importante ao meu Superior, Sr. Alfredo Dúlio. Daqui a hora e o telegrama que o Banco do Brasil cobra para remessa de dinheiro e guarda o recibo no bolso. A importância que despachei era muita; não era dinheiro público, nem do Banco do Brasil. Nada se apontava contra mim. Não me acusavam de haver tomado empréstimo do Banco, nem de estar envolvido em negociação. Diz-se, simplesmente que o "Senador Victorino Freire fizera uma remessa de dinheiro pelo Banco do Brasil, endereçada ao Maranhão".

Ao ver meu nome envolvido no inquérito, não tive dúvida: vim à tribuna do Senado e em dois discursos "descasquei" a Comissão. Acabei com o inquérito. Disse do seu presidente o que bem merecia ouvir.

Sr. Presidente, cito de passagem esse episódio, para mostrar a quanto vai o ódio político.

O Presidente Getúlio Vargas desconhecia o fato. Quando dele tomou conhecimento, ficou indignado por terem envolvido o nome do General Dutra e outros que nada tinham a ver com o caso.

Ora o Sr. Jânio Quadros, não a voz do chefe oposicionista, mas a voz independente do amigo. No curso de sua campanha política não se esqueceram nossas velhas relações de cordialidade.

Tenha S. Exa. cuidado para que não desapercebam as comissões de sindicância em vigâncias pessoais, contra homens do mais alto gabarito moral.

Sr. Presidente, com estas palavras de conforto e solidariedade penso ter dado ao Dr. Raymundo de Brito e ao Dr. Aloisio Sales o apoio que lhes devia. (Muito bem).

Durante o discurso do Sr. Victorino Freire o Sr. Cunha Mello deixa a Presidência, assumindo o Sr. Argenôrio de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa comunicação que vai ser lida.

E lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Em 10 de maio de 1961

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no desempenho da missão com que fui designado por essa Presidência, me apresentarei ao país dentro de poucos dias, a fim de participar da recepção do Brasil aos Festivos comemorativos do sescentenário da Independência do Paraguai.

Atenciosos saúdos aos. — João Alencar.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Requerimento nº 131, de 1961, do Sr. Senador Jellison de Aguiar, sobre a convocação do Ministério das Relações Exteriores para fazer consulta sobre a política externa nacional.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem faça uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa).

Encerrada.

A votação foi adiada por falta de número.

Discussão única do Projeto de Lei nº 135, de 1961, do Congresso de Constituição e Justiça, sobre a reforma do sistema de organização do Sr. Ministro da Fazenda sobre o Projeto de Lei do Senado nº 14 de 1961, que modifica o Decreto nº 1.760, de 5 de setembro de 1960 que dispõe sobre os bens imóveis da União.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o parecer.

Não havendo quem faça uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa).

Encerrada.

A votação fica adiada por falta de número.

Está finda a Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos.
Nada mais havendo a tratar vou encerrar a sessão. Designo, para a próxima, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão de 15 de maio de 1961

1 — Votação, em discussão única do Requerimento nº 134, de 1961, do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, solicitando a convocação do Ministro das Relações Exteriores para fazer exposição sobre a política externa do país.

2 — Votação, em discussão única do Parecer nº 135, de 1961 da Comissão de Constituição e Justiça solicitando seja pedido o pronunciamento do Senhor Ministro da Fazenda sobre o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1952, que modifica o Decreto-lei número 9.760, de 5-9-48, que dispõe sobre os bens imóveis da União.

Está encerrada a Sessão.

Levanta-se a Sessão às 15 horas e 40 minutos.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Diretor Geral

O Diretor-Geral deferiu os seguintes requerimentos:

Nº 70-61 — em que Givon Siqueira Machado, Motorista Auxiliar, Símbolo PL-10, solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Agricultura, no total de 6 anos, 11 meses e 3 dias;

Nº 89-61 — em que Niron Siqueira da Silva, Auxiliar de Limpeza, Símbolo PL-11, solicita contagem de tempo de serviço prestado à Secretaria do Ministério da Guerra, no total de 356 dias;

Nº 109-61 — em que Fernando Jorge da Rocha, Redator, Símbolo PL-3, solicita contagem de tempo de serviço prestado à Comissão Federal de Abastecimento e Preços, no total de 2 anos, 3 meses e 4 dias,

Nº 78-61 — em que Paulo Lisboa Borbosa, Oficial Legislativo, Símbolo

PL-3, solicita 2 meses de licença especial, a partir de 12 de abril do corrente ano;

Nº 96-61 — em que Ana Augusta da Cunha Amazonas, Oficial Legislativo, Símbolo PL-6, solicita seja considerado como "nôjo" o período de 23 a 30 de janeiro do corrente ano;

— de Rubens Ribeiro, Guarda de Segurança, Símbolo PL-9, solicitando 15 dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 8 de maio do corrente ano;

— de Luiz Marcondes de Oliveira, Auxiliar de Limpeza, Símbolo PL-11, solicitando contagem de tempo de serviço prestado à Polícia Militar do Distrito Federal, Polícia de Vigilância da Prefeitura do Distrito Federal e ao Departamento Federal de Segurança Pública, no total de 18 anos, 6 meses e 10 dias.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de maio de 1961. — Niron Borges Seal, Diretora do Pessoal.

SENADO FEDERAL

Edital

Pelo presente Edital, a Comissão designada pelo Sr. 1º Secretário, Senador Leopoldo Tavares da Cunha Melo, e composta dos Senhores Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral da Secretaria e presidente da Comissão, Dr. Luciano Mesquita, Assessor Legislativo, e Sr. João Pires da Oliveira Filho, Oficial Legislativo e Secretário da Comissão, convoca, na forma do artigo 226, parágrafo 2º, da Resolução nº 6, de 1960, pelo prazo de trinta (30) dias, a partir desta data, o Sr. Luiz dos Santos Fonseca, Auxiliar de Limpeza, PL-11, a fim de que venha a ter vistas e apresentar defesa no processo administrativo de demissão, por abandono do cargo, que lhe está sendo movido na Secretaria do Senado Federal, com fundamento no artigo 210, item II, parágrafo 1º, da Resolução nº 6, de 1960.

Secretaria do Senado Federal em 14 de abril de 1961 — Evandro Mendes Vianna, Presidente da Comissão.